

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.867 - PR (2019/0029611-8)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : CLAUDINEI GONCALVES (PRESO)  
**ADVOGADO** : DIONATHAN CESAR MACHADO - DEFENSOR DATIVO - PR079660  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por CLAUDINEI GONÇALVES contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (HC n. 0030454-15.2018.8.16.0000).

Consta dos autos que o ora recorrente, juntamente com outros dois acusados, foi denunciado pela suposta prática do crime de homicídio qualificado contra a vítima Helio Sandro Machowski, tendo o Juízo de piso recebido a denúncia e decretado a prisão preventiva do acusado.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus*, pugnando pelo reconhecimento de ausência de justa causa pela inépcia da denúncia. No entanto, o Tribunal de origem denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 78):

*HABEAS CORPUS. HOMÍCIDIO QUALIFICADO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA NÃO EVIDENCIADA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.*

Na presente insurgência, a defesa aponta defeitos na denúncia, a começar pela ocorrência de erro material com a inserção de um terceiro nome desconhecido na narrativa dos fatos, qual seja, Claudemir. Afirma, outrossim, que, ao contrário do que consta na exordial acusatória, o acusado Alan Fabiano Dutkevis foi quem teria confessado o crime e não o ora recorrente (e-STJ fls. 114/116).

Assevera ausência de individualização das condutas dos agentes, alegando que, "*na forma como foi redigida, a peça acusatória não permite aos acusados o pleno direito de defesa, por não ter sequer minimamente individualizado a conduta de*

*cada um dos acusados, o que lhe torna uma denúncia inepta, pugna-se pela reforma do decisum ora objugado, para que seja concedida a ordem de habeas corpus para trancamento do processo criminal"* (e-STJ fl. 119).

Aduz, por fim, ausência de fundamentação idônea para a manutenção da prisão preventiva do recorrente, uma vez que não é reincidente, não tem histórico de violência e possui residência fixa e dependentes, além de ocupação lícita (e-STJ fl. 121).

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva, com expedição de alvará de soltura. Subsidiariamente, pleiteia a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal (e-STJ fl. 122). No mérito, pugna pelo trancamento da Ação Penal n. 0002186-95.2018.8.26.0146, que tramita perante a Vara Criminal da Comarca de Rio Negro/PR.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, de acordo com a jurisprudência desta Casa, o trancamento da ação penal é medida de exceção, sendo cabível, tão somente, quando, de forma inequívoca, emergirem dos autos a atipicidade da conduta, a inocência do acusado ou, ainda, quando for impedida a compreensão da acusação, em flagrante prejuízo à defesa, constatações essas de difícil alcance no juízo perfunctório próprio do pleito emergencial.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no

quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator

